



Procuradoria da República – Coordenação

Comarca de Leiria

ELEGIBILIDADE DOS OBJECTIVOS PROCESSUAIS ESTRATÉGICOS, CONSENSUALIZADOS POR PARTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO, NA ÁREA DE CIRCUNSCRIÇÃO DA COMARCA DE LEIRIA, PARA O ANO JUDICIAL DE 2018.

Tomando-se por referência os objectivos estratégicos do Ministério Público fixados pela PGR para o ano Judicial de 2018, sem esquecer o que foi consensualizado na última reunião de Coordenação que congregou os Magistrados Coordenadores do Ministério Público e o Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral Distrital de Coimbra, para o ano judicial de 2018, elegem-se os seguintes objectivos processuais:

A)

ÁREA CRIMINAL

- Diminuir consideravelmente, isto é para valores não superiores a 1% dos entrados nesse ano, durante o ano de 2016, os inquéritos registados em 2014 e durante o ano de 2017 os inquéritos registados em 2015;

- Reduzir para números inexpressivos, quando não a sua finalização total, dos inquéritos registados em anos anteriores ainda pendentes.

- Tanto quanto possível, aproximar do equivalente a 06 (seis) meses de entradas o número de inquéritos pendentes para cada magistrado das secções do DIAP dedicadas à criminalidade mais grave, complexa e expressiva (artigo 7.º da LOIC) e, nos casos restantes, a 04 (quatro) meses de entradas;

- Continuar o esforço na consolidação, na concentração e na especialização da criminalidade mais grave e complexa nas secções específicas do DIAP, com especial enfoque nos fenómenos criminais da violência doméstica, dos abusos sexuais e da cibercriminalidade;

- Por via do mecanismo do deferimento de competência previsto no 73.º, n.º 1, al. c), do EMP, continuar a concentrar os casos mais graves da denominada “nova



Procuradoria da República – Coordenação

Comarca de Leiria

criminalidade" (corrupção e similares, criminalidade tributária e branqueamento de capitais) no DIAP Distrital de Coimbra;

- Reiterar o esforço, contínuo, na incrementação, fomentação e dinamização da "criminalidade reditícia", visando-se a recuperação de activos, quer por via da perda ordinária consagrada no Código Penal, quer por via da perda ampliada prevista na Lei n.º 5/2002, de 11 de Janeiro, conferindo-se especial atenção ao tráfico de droga, tráfico de pessoas e lenocínio, etc., lembrando-se aqui o prestimoso contributo dado pela PGDC através do Memorando n.º 11/17, de 12 de Outubro, referente à melhor interpretação a dar à Lei n.º 30/17, de 30 de Maio, que alterou o n.º 2 do artigo 10.º daquela Lei (n.º 5/2002, de 11 de Janeiro);

- Nesse âmbito da perda alargada, continuar a alertar os OPC's para sinalizarem, desde logo, o património mobiliário/imobiliário conhecido dos suspeitos/arguidos, por forma a permitir a sua identificação e aferição da sua congruência com o rendimento lícito auferido, estabelecendo-se uma articulação efectiva e concertada com o GRA e o GAB;

- Continuar a devotar protecção, especial e permanente, às vítimas, com a adopção de procedimentos tendentes a melhorar a sua protecção, sobretudo no que concerne às mais vulneráveis ou frágeis, quer através da sua informação, quer prestando especial atenção à prestação do seu depoimento, quer ainda, evitando a sua revitimização, mormente no âmbito dos crimes do foro sexual;

- Continuar a priorizar e dar especial atenção e celeridade aos processos com arguidos presos ou outras medidas de coacção detentivas/privativas da liberdade, seguindo-se os procedimentos definidos pela PGDC relativamente à sinalização dos mesmos e procedendo-se, desde logo, em fase de inquérito, à contagem dos períodos relevantes para apreciação do estatuto coactivo e respectiva tramitação, tendo em conta os prazos aplicáveis (cfr. O.S n.º 16/12, de 10-10, da PGDC), dinamizando-se e concentrando-se, também nessa medida, as diligências de investigação por forma a que o inquérito se conclua com a desejável brevidade, articulando-se com os OPC's a precocidade da sua realização, sempre que haja delegação de competência para a respectiva investigação criminal;

- Sempre que possível, continuar a potenciar e a deitar mão do uso das formas especiais de processo e do instituto da suspensão provisória, sendo que o uso de formas de processo sumaríssimo e abreviado e de suspensão provisória deverá ser



Procuradoria da República – Coordenação

Comarca de Leiria

tendencialmente superior 50/º dos inquéritos que lograrem esclarecimento, enquanto a forma de processo sumário deverá ser tendencialmente superior a 65/º, sem esquecer o recurso adequado à faculdade concedida pelo artigo 16.º, n.º 3 do C. P. Penal;

- Através de uma estreita colaboração e articulação com os OPC's, continuar a fomentar a direcção efectiva do inquérito pelo Ministério Público, promovendo-se e desenvolvendo-se metodologias de definição do objecto do inquérito, da estratégia de investigação e de gestão processual, sem esquecer, simultaneamente, a definição, controle, dinamização e concentração das diligências de investigação por molde a que o inquérito se conclua/ultime com brevidade;

- No tratamento dos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual de vítimas menores de idade, tanto ao nível criminal, como ao nível da protecção e promoção dos direitos das crianças, continuar na senda de construção de boas práticas, garantindo a sua articulação e coerência;

- No âmbito da violência doméstica e da violência contra idosos, continuar a execução e implementação de um trabalho articulado com as entidades constituídas em rede e outras a operar nessas áreas, dinamizando-se e potenciando-se sinergias;

- Nos crimes contra o ambiente, além de uma articulação com a jurisdição administrativa com vista a impulsionar acções tendentes à prática de acto devido em situações de inércia por parte da administração, deverão ser incrementadas boas práticas investigatórias, nomeadamente através da constituição de equipas de investigação conjunta;

- Continuar a reforçar e melhorar a agilização e articulação da actividade entre todos os Magistrados colocados no DIAP, suas Secções e Juízos Locais, instrução e julgamento por forma a que, logrando-se uma estratégia integrada de intervenção do Ministério Público, que, passando por redes de contacto e de circuitos informais de partilha (de informação, experiência e saberes), possam ser conseguidos bons resultados, exponenciando a resposta e eficiência da justiça e alcançar uma correcta execução das políticas criminais;

- Continuar a recorrer, sempre que possível, à utilização da videoconferência como alternativa ao regime tradicional de cartas precatórias, sobretudo nas questões de maior complexidade fáctica;



Procuradoria da República – Coordenação

Comarca de Leiria

- Continuar a dinamizar e potenciar o uso do Portal de Ministério Público, enquanto meio de comunicação privilegiado com a comunidade no seu todo, sem esquecer o uso da Página WEB, já criada;

- Continuar a personalizar e agilizar o atendimento ao público, aumentando-se a disponibilidade dos serviços do ministério público, por forma a que decorra de imediato ou no mais breve prazo, nunca superior a 15 dias após marcação.

- Aperfeiçoar o regime de guarda dos bens apreendidos, determinando, logo ou em momento oportuno, a sua destruição ou promovendo a declaração de perda a favor do Estado, consoante as exigências do caso, sobretudo através do GAB, quando os bens assumem o valor superior a 5.000 Euros;

B)

ÁREA CÍVEL

- Continuar a pugnar pela defesa dos interesses dos ausentes e dos incapazes, sem esquecer, contudo, quando legalmente admissível, a defesa dos idosos, promovendo a sua protecção e defendendo/salvaguardando os seus direitos, sobretudo no campo dos inventários e das acções de interdição e inabilitação, seguindo as boas práticas instituídas (cfr. Memorando de 20/10/2014, da PGDC);

- Continuar na dinamização referente às intervenções em defesa dos chamados “interesses difusos”, especialmente no que respeita à qualidade da água e em defesa do consumidor, mormente no que se refere à actividade em ambiente e expressão digital;

- Continuar a conferir às diversas peças processuais, designadamente às petições iniciais e às contestações, a devida atenção na sua elaboração, alegando/descrevendo bem os factos consubstanciadores da causa de pedir e definido/circunscrevendo bem o pedido;

- Continuar a aumentar e exponenciar a troca de experiências entre magistrados que operem nesta área, sem prejuízo, quando necessário, do recurso ao apoio por parte da PGD, quer ao nível de aconselhamento, quer ao nível da superação de dúvidas;

- Garantir o cumprimento das regras de obtenção de autorização vigentes e se atente na defesa substancial dos interesses/direitos da parte apresentada pelo Ministério Público, sempre que a transacção se mostre adequada, lembrando-se aqui a Circular n.º 2/2010 da PGR;



Procuradoria da República – Coordenação

Comarca de Leiria

- Preferencialmente, concentrar o tratamento das questões do contencioso do Estado nas unidades de representação do Ministério Público junto do Juízo Central Cível e melhorar a articulação e canais de comunicação com a entidade estatal respectiva;

- Continuar a incutir pragmatismo, informalidade e celeridade aos PA's/dossiês de preparação e/ou acompanhamento de acções e de outros tipos de intervenções, sem prejuízo das comunicações hierárquicas e demais práticas de controlo necessárias, determinando-se o seu arquivamento, logo que desnecessários ou inúteis;

- Continuar a aumentar a disponibilidade dos serviços do Ministério Público no atendimento do público, por forma a que decorra de imediato e em qualquer dia da semana, sempre que urgente ou oneroso para o cidadão e nunca superior a 15 dias após marcação;

COMÉRCIO

- Continua a intervir, nos limites do quadro legal vigente, nos processos de insolvência, procurando garantir a preservação do valor económico da massa insolvente e o ressarcimento dos créditos que o Ministério Público reclame e, bem assim, o patrocínio que seja devido aos trabalhadores e seus familiares, lembrando-se aqui a Circular 5/2011 da PGR;

- Reiterar e melhorar a articulação do Ministério Público com a Autoridade Tributária por forma a que as certidões de dívida possam ser recepcionadas com, pelo menos, 05 dias de antecedência, tendo em atenção o termo final do prazo para conferir e deduzir a reclamação de créditos junto do Senhor Administrador da Insolvência;

- Continuar a incrementar e colocar maior rigor na apreciação de situações fácticas susceptíveis de configurarem a ocorrência de crimes falimentares;

- Continuar a conferir especial atenção ao exame das contas finais apresentadas pelos Senhores Administradores da Insolvência, aquando da vista a que alude o artigo 64.º, n.º 2 do CIRE;

- Sem prejuízo dos prazos que decorrem directamente da lei, manter o princípio de que as notificações ao Ministério Público deverão ser assinadas no dia em que o processo é disponibilizado no Citius e que as promoções deverão ser proferidas em 48 horas;



Procuradoria da República – Coordenação

Comarca de Leiria

- No âmbito das acções da sua competência, manter a disponibilidade do Ministério Público para representação das pessoas que dela careçam, designadamente, patrocinando trabalhadores por conta dos insolventes ou de empresas que recorram ao processo de revitalização, devendo manter-se, quando necessário, boa articulação com a jurisdição do Trabalho;

- Nos incidentes de qualificação de insolvência procurar sensibilizar e interessar os Administradores de Insolvência para a recolha de toda a prova que possa sustentar, de forma sólida, a indicição da insolvência como culposa, quando tal for o caso;

- Personalizar e agilizar o atendimento ao público, sendo que o mesmo, e sem prejuízo do atendimento em dia pré-determinado, poderá ser efectuado em qualquer dia da semana, sempre que urgente.

EXECUÇÕES

- Continuar a conferir particular atenção às boas práticas respeitantes à instauração de execuções por custas e demais quantias em dívida e à reclamação de créditos da Fazenda Nacional;

- Continuar a manter e aprofundar a colaboração e a troca de informações com as Finanças/Justiça Tributária;

- Continuação da conveniência das certidões, remetidas ao Ministério Público, deverem conter a data da respectiva emissão e também a data da consulta da citação/notificação electrónica pelo agente de execução, para efeitos da correcta contagem do prazo para a reclamação de créditos;

- Necessidade da Justiça Tributária, de modo genérico, continuar a prestar informações rápidas, precisas e eficazes ao Ministério Público, enquanto representante do Estado em juízo;

- Atendimento ao público ágil e personalizado.

FAMÍLIA E MENORES



Procuradoria da República – Coordenação

Comarca de Leiria

- Continuar a considerar a institucionalização como ultima ratio, mobilizando instrumentos de apoio social que priorizem o papel da família ou a integração em família alternativa, nomeadamente através da adopção e do apadrinhamento civil;
- Continuar a aumentar a proactividade, com auxílio dos órgãos policiais e em articulação com a área penal, na identificação de menores utilizados por adultos em actividades marginais (mormente exploração sexual e mendicidade) e zelar pela promoção dos direitos e protecção dos mesmos;
- Continuar a aumentar o conhecimento de casos de violência em meio escolar, quando praticados por menores de 16 anos, e promover com celeridade a adequada tutela educativa;
- Continuar a aumentar a proactividade na instauração dos processos de promoção e protecção e dos processos tutelares cíveis, conferindo-lhes celeridade, em defesa do superior interesse da criança. Os procedimentos adoptados pelo Ministério Público devem ser ágeis, sem excessos burocráticos e sem sobrecarga de solicitações aos órgãos coadjuvantes (v.g. os serviços da Segurança Social);
- Continuar a conferir celeridade aos processos tutelares educativos e privilegiar a adopção de soluções de diversão e consenso;
- Continuar a melhorar o acompanhamento e a fiscalização da actividade das CPCJ's , nos termos definidos na Directiva conjunta da PGR/CNPCJR e na Circular 3/2006 da PGR;
- Continuar a reforçar a articulação do Magistrados do Ministério Público das áreas criminal e de família e menores e entre eles e os OPC's, os hospitais, centros de saúde, escolas, instituições, CPCJ's, INMLCF, e com todas as demais entidades e instituições de acessoria e apoio;
- Continuar a aumentar a troca de experiências e saberes entre Magistrados que operem nesta área, com disponibilização do maior apoio possível por parte da PGDC ao nível do aconselhamento e da superação de dúvidas, sobretudo no que respeita à aplicação da nova legislação de família e menores, publicada já em 2015;
- Incrementar e desenvolver a realização de reuniões periódicas de trabalho entre os Magistrados do Ministério Público e os representantes dos demais serviços que colaboram na protecção de crianças e jovens (v.g. ISS, Serviços de Saúde e as IPSS com valências de acolhimento de crianças);



Procuradoria da República – Coordenação

Comarca de Leiria

- Promover e incrementar visitas dos Magistrados do Ministério Público a centros educativos e instituições de acolhimento;

- Continuar a incrementar a disponibilidade dos Magistrados das Secções de Instância Local para atendimento, rápido e personalizado, do público, recepção de pedidos de intervenção e sua canalização para os Colegas nas Secções de Instância Central Especializada, evitando a oneração dos cidadão com maior números de deslocações e também com a obtenção de documentos que possam ser requisitados pelo Ministério Público;

- Colher, nas várias secções/núcleos, dados que permitam avaliar a modalidade e a frequência do atendimento e o tipo de questões predominantemente colocadas;

- Sempre que possível e oportuno, recorrer-se ao sistema de videoconferência para a realização de inquirições, assim se evitando gastos por parte de pessoas mais depauperadas e vulneráveis.

C)

ÁREA LABORAL (SOCIAL)

- Continuar a privilegiar a intervenção nos processos de acidente de trabalho, quer promovendo com presteza e apuro a abertura da fase contenciosa, quer fiscalizando o efectivo cumprimento das prestações a cargo da entidade patronal e as respectivas actualizações;

- Conferir e, quando necessário, aumentar a celeridade na realização do exame médico de avaliação do dano corporal, identificando e superando as razões que a dificultem;

- Procurar conseguir, o mais possível, a simultaneidade dos exames médicos com a tentativa de conciliação, criando procedimentos expeditos de transmissão ao Ministério Público dos resultados desses exames;

- Continuar a assegurar e incrementar a disponibilidade dos Serviços do Ministério Público para o atendimento, rápido e personalizado, dos trabalhadores, ainda que não previamente marcado, e para a assunção do seu patrocínio, bem como dos seus familiares, designadamente nas acções relacionadas com contractos individuais de trabalho;



Procuradoria da República – Coordenação

Comarca de Leiria

- Colher nas secções/juízos dados que permitam avaliar a frequência do atendimento e o tipo de questões predominantemente colocadas;
- Continuar a aumentar a troca de experiências e saberes entre Magistrados que operem nesta área, com disponibilização do maior apoio possível por parte da PGDC, ao nível do aconselhamento e da superação de dúvidas;
- Adoptar procedimentos que melhor defendam os interesses e direitos dos trabalhadores nos processos da jurisdição de comércio, entre os quais, quando aconselhável, a elaboração da reclamação de créditos pelo Magistrado da jurisdição laboral, o que pressupõe, necessariamente, boa articulação entre as duas jurisdições;
- Realizar, em cada secção, reuniões periódicas com a ACT e, sempre que tal se justifique, com os serviços do INMLCF;
- Construir, com o apoio da PGR, sistema informático que facilite a fiscalização do cumprimento das actualizações das pensões fixadas nos processos de acidente de trabalho.

Leiria, 15 de Novembro de 2017

O Magistrado do Ministério Público Coordenador da Comarca de Leiria

António Augusto Artilheiro